



Retomada da Energia Nuclear¹

Nivalde de Castro²

A ordem dos sinais indica que um programa de energia nuclear para o Setor Elétrico Brasileiro está sendo gestado no Ministério de Minas e Energia (MME). As declarações da retomada das obras para finalizar Angra III e dos estudos para uma nova usina nuclear em Pernambuco são os sinais firmes desta ordem. Neste sentido, os planos decenal (PDE 2027) e nacional de energia (PNE 2050) da Empresa de Pesquisa Energética já vão incorporar a energia nuclear no planejamento do Setor.

São diversos os fatores e variáveis que fundamentam a decisão do MME e este pequeno artigo pretende analisar, em seguida, os mais relevantes.

O Brasil faz parte do seleto grupo de 30 países que tem energia nuclear em suas matrizes elétricas. Atualmente, o mundo tem 450 usinas nucleares com 392 GW de potência, representando 11% da capacidade de geração mundial. Os EUA lideram o ranking, seguidos da França, China e Rússia, e o Brasil está na 18ª posição.

Após o acidente e trauma de Fukushima, que impôs mais condicionantes de segurança, as decisões de investimento em energia nuclear voltaram ao cenário mundial, em função de suas três principais características:

- i. Dar segurança ao operador;
- ii. Ser energia limpa; e
- iii. Garantir autonomia nacional.

A Agência Internacional de Energia Atômica estima que, até 2030, a capacidade instalada da energia nuclear deverá crescer em até 56%. O crescimento será capitaneado pela China, que, em 2030, deverá atingir 150 GW de potência, o que representará 10% da matriz elétrica e 21% da capacidade mundial, superando os EUA.

¹ Artigo publicado pelo serviço de informação Broadcast da Agência Estado de São Paulo em 10 de abril de 2019.

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do GESEL – Grupo de Estudos do Setor Elétrico. nivalde@ufrj.br

A decisão do MME de retomar o programa nuclear deve-se, principalmente, ao fato de o Brasil já ter uma base produtiva, construída nos anos 70-80 com o acordo firmado com a Alemanha. Graças a este acordo, o Brasil:

- i. Prospectou parte das suas reservas de urânio e desenvolveu capacidade de mineração;
- ii. Construiu tecnologia própria de enriquecimento de urânio, através de programa da Marinha, sendo um dos três países que detém este conhecimento;
- iii. Formou uma cadeia produtiva, com destaque para fábrica de componentes; e
- iv. Desenvolve um programa de submarino nuclear.

A questão de desenvolvimento tecnológico é um dos fundamentos centrais para a retomada do programa de usinas nucleares. Ele vai dar dinamismo e escala produtiva para toda a cadeia nuclear, permitindo que o Brasil passe a dominar esta tecnologia que terá papel estratégico no futuro. Para tanto, deve assumir uma perspectiva de programa de Estado, posicionamento muito aderente e consistente com o novo governo e o novo chefe da pasta do MME.

Nestes termos analíticos, o Setor Elétrico Brasileiro será o esteio e base deste desenvolvimento tecnológico, dado o fato concreto de ter condições efetivas de determinar, via planejamento, um cenário de expansão para novas usinas nucleares. Destaca-se, nesta direção, a importância de uma matriz diversificada e harmônica para garantir a segurança de suprimento. A energia nuclear, neste aspecto, é muito importante por funcionar 11 meses ao ano sem interrupções, permitindo a expansão crescente e irreversível das fontes renováveis e intermitentes eólica e solar.

O planejamento do Setor Elétrico Brasileiro é um dos pilares que explica a sustentação e o sucesso da expansão da capacidade de geração e de transmissão nacional desde 2004, em conjunto com os leilões, contratos de longo prazo e uma regulação tecnicamente consistente e transparente. Assim, o programa nuclear tem, no planejamento, a possibilidade de firmar cenários para orientar as decisões de investimento, especialmente privados. Definir que as usinas nucleares sejam classificadas como projetos estratégicos é uma possibilidade simples e objetiva para firmar o programa nuclear no horizonte de planejamento e abrir uma rota de investimentos com efeitos positivos sobre a economia brasileira.

Por fim, é necessário que numa perspectiva de projeto de Estado seja realizado rearranjo e, conseqüentemente, a consolidação de um novo marco institucional, oferecendo as garantias e a segurança necessárias aos investidores privados, em função do volume dos recursos e do longo prazo de maturação dos investimentos.